



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 37/XIV/1.ª SL

Aos 9 dias do mês de setembro de 2020, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Trabalho e Segurança Social, na sala 8 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. **Apreciação e votação da ata das reuniões n.º 35, de 30 de julho e 36, de 3 de setembro de 2020;**
2. **Distribuição de iniciativas legislativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;**
3. **Discussão do Projeto de Resolução n.º 578/XIV/1.ª (BE) - «Campanha pública de divulgação do Estatuto do Cuidador Informal»;**
4. **Deliberação sobre a admissão da seguinte petição, e designação do respetivo relator:**
 - **Petição n.º 110/XIV/1.ª, da iniciativa de APDASC - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento da Animação Sociocultural e outros (4303 assinaturas) - «Estatuto profissional da carreira de animador sociocultural»;**
Deputado relator: Grupo Parlamentar do PSD;
 - 5. **Designação de relator na Petição n.º 94/XIV/1.ª, da iniciativa de Celina Maria João Raposo e outros - «Via Verde para Pacientes de Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA)», já admitida na reunião de 24 de junho de 2020, que passou de 27 assinaturas iniciais para 991 assinaturas finais do prazo de 30 dias fixado pelo n.º 2 do artigo 17.º da Lei do Exercício do Direito de Petição para subscrições por adesão;**
Deputado relator: Grupo Parlamentar do PCP;
6. **Apreciação e votação do relatório final da Petição n.º 55/XIV/1.ª, da iniciativa da Ordem dos Nutricionistas e outros (632 assinaturas) - «Petição para instituição do dia do nutricionista»;**
Deputado Relator: José Moura Soeiro (GP do BE);
7. **Reflexão sobre o Plano de Atividades da Comissão para a 2.ª Sessão Legislativa;**
8. **Conferência Interparlamentar sobre a Estabilidade, Coordenação Económica e Governação na União Europeia, 11 a 13 de outubro, Berlim: designação de um Deputado do GP do PS e de um Deputado do GP do PSD (data-limite para inscrição: 28 de setembro);**
9. **Outros assuntos.**

O Senhor Presidente da Comissão de Trabalho e Segurança Social, Deputado Pedro Roque, deu início à reunião, cumprimentando as Senhoras e os Senhores Deputados presentes na sala e os que participavam na reunião por via eletrónica, entrando-se então na apreciação da Ordem do Dia:



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 37/XIV/1.ª SL

1. Apreciação e votação da ata das reuniões n.º 35, de 30 de julho e 36, de 3 de setembro de 2020;

As atas em epígrafe foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do Grupo Parlamentar (GP) do CDS-PP.

2. Distribuição de iniciativas legislativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;

O GP do PSD comprometeu-se a indicar posteriormente o relator da Proposta de Lei n.º 54/XIV/1.ª (ALRAM) - «Procede à alteração do regime de seguro social voluntário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 40/89, de 1 de fevereiro, na redação atual, bem como do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, aprovado em anexo à Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, na redação atual, a fim de permitir a admissão de portugueses residentes na diáspora».

O Senhor Presidente aproveitou ainda para informar que baixara à Comissão o Projeto de Resolução n.º 597/XIV/1.ª (CH) - «Pela implementação de um programa obrigatório de trabalho para beneficiários do rendimento social de inserção (RSI)».

3. Discussão do Projeto de Resolução n.º 578/XIV/1.ª (BE) - «Campanha pública de divulgação do Estatuto do Cuidador Informal»;

A discussão do supramencionado projeto de resolução desenvolveu-se nos termos que constam da respetiva informação, para a qual se remete, e que aqui se dá por reproduzida, registando-se as intervenções das Senhoras e dos Senhores Deputados José Moura Soeiro (BE), Helga Correia (PSD), Diana Ferreira (PCP), Luís Soares (PS) e João Pinho de Almeida (CDS-PP).

4. Deliberação sobre a admissão da seguinte petição, e designação do respetivo relator:

- **Petição n.º 110/XIV/1.ª, da iniciativa de APDASC - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento da Animação Sociocultural e outros (4303 assinaturas) - «Estatuto profissional da carreira de animador sociocultural»;**
Deputado relator: Grupo Parlamentar do PSD;

A petição em análise foi admitida por unanimidade, referindo o GP do PSD que posteriormente daria nota do respetivo relator.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 37/XIV/1.ª SL

5. Designação de relator na Petição n.º 94/XIV/1.ª, da iniciativa de Celina Maria João Raposo e outros - «Via Verde para Pacientes de Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA)», já admitida na reunião de 24 de junho de 2020, que passou de 27 assinaturas iniciais para 991 assinaturas finais do prazo de 30 dias fixado pelo n.º 2 do artigo 17.º da Lei do Exercício do Direito de Petição para subscrições por adesão;
Deputado relator: Grupo Parlamentar do PCP;

Neste ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente esclareceu que no final do período de 30 dias fixado pelo n.º 2 do artigo 17.º da Lei do Exercício do Direito de Petição (LEDP) para subscrições por adesão, esta petição passara a somar 991 assinaturas, superando as 27 iniciais, o que tornava obrigatória a designação de relator, ao abrigo do n.º 5 deste preceito da LEDP. Assim, foi indicada como relatora a Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP).

6. Apreciação e votação do relatório final da Petição n.º 55/XIV/1.ª, da iniciativa da Ordem dos Nutricionistas e outros (632 assinaturas) - «Petição para instituição do dia do nutricionista»;
Deputado Relator: José Moura Soeiro (GP do BE);

Foi concedida a palavra ao Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE), que na qualidade de relator apresentou o relatório sobre a petição em epígrafe e o seu objeto, que visava a consagração do dia 14 de dezembro como Dia do Nutricionista, informando sobre as diligências efetuadas e concluindo pelo seu arquivamento após a divulgação por todos os Deputados e Grupos Parlamentares, com vista ao eventual exercício de iniciativa no sentido preconizado, já que a petição não reunia mais de 4000 assinaturas para ser debatida em Plenário.

Submetido a votação, e depois de o Senhor Presidente agradecer o trabalho encetado, o relatório foi aprovado por unanimidade.

7. Reflexão sobre o Plano de Atividades da Comissão para a 2.ª Sessão Legislativa;

O Senhor Presidente recordou que o Plano de Atividades definido para a 1.ª Sessão Legislativa (SL) desta Legislatura ficara quase integralmente por cumprir, tendo em conta as circunstâncias decorrentes da pandemia da doença Covid-19 e da consequente declaração do Estado de Emergência em Portugal. Desta forma, e tendo em conta igualmente as iniciativas relacionadas com a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia no 1.ª Semestre de 2021, sugeriu que o Plano para a 2.ª SL pudesse integrar as atividades não concretizadas na SL que agora terminava,



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 37/XIV/1.ª SL

sendo novamente apreciado e votado na subsequente reunião ordinária da Comissão, o que mereceu a concordância de todos os Grupos Parlamentares.

8. Conferência Interparlamentar sobre a Estabilidade, Coordenação Económica e Governação na União Europeia, 11 a 13 de outubro, Berlim: designação de um Deputado do GP do PS e de um Deputado do GP do PSD (data-limite para inscrição: 28 de setembro);

O Senhor Presidente exortou os GP do PS e do PSD a comunicarem com a antecedência possível os nomes dos Senhores Deputados que integrariam a mencionada delegação.

9. Outros assuntos.

No derradeiro ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente começou por dar conta que a Senhora Deputada Catarina Marcelino (PS), até então Vice-Presidente da Comissão, e a quem endereçou os votos de maior sucesso profissional, renunciara ao mandato de Deputada, devendo agora o GP do PS proceder à sua substituição, quer na Comissão quer na respetiva Vice-Presidência.

Noutro âmbito, registou que, no seguimento da proposta de concretização da audição conjunta das Senhoras Ministras da Saúde (MS) e do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS) na manhã do dia 16 de setembro, quarta-feira, a propósito dos requerimentos dos GP do CDS-PP, PSD e PAN, e verificada a concordância de todos os Grupos Parlamentares, contactou a Senhora Presidente da Comissão de Saúde (CS), Deputada Maria Antónia Almeida Santos. Esta Comissão, que reunira na manhã desse mesmo dia 9, manifestara a sua anuência com a data proposta, sugerindo contudo que a audição da Senhora Diretora-Geral da Saúde (DGS), que resultava do requerimento do GP do CDS-PP, pudesse ocorrer antes de dia 16, defendendo que deveria ser a CS a encetar essa diligência, atento o seu escopo de competências, e também porque se referia que essa antecipação apenas ocorreria caso fosse possível.

Por outro lado, mencionou ainda que se parecia ter reunido um consenso sobre a grelha a utilizar, com duas subgrelhas, uma para cada Ministra, com tempos iguais. A Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD) fez questão de ressaltar que, apesar de o GP do PSD ser contra o modelo simultâneo, deveriam ser reservados



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 37/XIV/1.ª SL

tempos separados para cada uma das Ministras, que não deveriam partilhar o tempo entre si.

Foi assim estabelecido que os Grupos Parlamentares requerentes disporiam de 3 minutos cada para a intervenção inicial, para uma primeira resposta das Senhoras Ministras de 10 minutos cada, sendo depois atribuídos 10 minutos a cada um dos seis GP na primeira ronda, de respostas individualizadas, e com 5 minutos a cada uma das Senhoras Ministras, e 3 minutos na segunda ronda, de resposta conjunta de cada uma das Senhoras Ministras. Foi ainda decidido acrescentar uma ronda extra a final, exclusivamente dedicada à imposição de quarentena a crianças e jovens em risco em instituições de acolhimento, que decorria do aditamento efetuado pelo GP ao PAN ao seu próprio requerimento, e que seria exclusiva da CTSS com a Senhora MTSSS.

Por último, e no que concerne à quarta e última audiência regimental da Senhora MTSSS na Comissão, referente à 1.ª SL, a Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD) principiou por solicitar a correção de um lapso que constava da ata da reunião n.º 36, de 3 de setembro, já que onde se lia que «o GP do PSD acabara por assentir que se considerasse a audição adiada como realizada na discussão na generalidade do Orçamento Suplementar para 2020» deveria ler-se que «o GP do PSD manifestara total oposição à não realização da audição regimental em falta». A correção foi introduzida no local próprio, sendo a ata novamente aprovada por unanimidade, desta vez com a presença de todos os Grupos Parlamentares.

Neste contexto, a Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) retomou a discussão já encetada na reunião anterior, manifestando que no entender do seu Grupo Parlamentar a audição regimental em falta devia realizar-se o mais depressa possível, de acordo com a disponibilidade de agenda da Senhora Ministra, até de forma a não abrir um precedente neste capítulo, e compreendendo a dificuldade de a conseguir concretizar até ao final da 1.ª SL, que terminava já a 14 de outubro.

Por sua vez, o Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS) argumentou que esta questão não dividia propriamente os partidos, considerando que a calendarização enviada pela Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares (SEAP) tinha uma falha, que era a de não considerar incluída no leque das audições da 1.ª SL a que tinha sido levada a cabo na discussão na generalidade do Orçamento Suplementar, não se podendo ignorar que a audição regimental de 1 de abril não se havia realizado



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 37/XIV/1.ª SL

devido ao confinamento e à declaração do Estado de Emergência. Declarando não se opor a nenhuma solução, lembrou que a SL terminava já na segunda-feira, 14 de setembro, alertando para a necessidade de se fixar uma orientação clara e uniforme para este tipo de casos.

Já a Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD) acompanhou a posição do GP do PCP, tal como já acontecera na reunião da semana anterior, reiterando que, atendendo à amplitude de competências da Senhora MTSSS e às dificuldades resultantes da pandemia, não parecia fazer qualquer sentido prescindir ou considerar que a audição regimental em falta havia sido consumida pela audição da Senhora Ministra na generalidade do Orçamento Suplementar. Acrescia também que tinha sido o Governo a mostrar disponibilidade para concretizar a audição em falta. Por outro lado, caso se revelasse impossível a realização da audição ainda no decurso da 1.ª SL, afirmou não descortinar qualquer impedimento para a sua consecução no início da 2.ª SL, atentas as circunstâncias especiais originadas pela pandemia da doença Covid-19, e com a indicação expressa dessa justificação.

Ouidas as posições dos diferentes Grupos Parlamentares, e procurando conciliar a tentativa de agendamento da audição em falta com a impossibilidade prática de a concretizar na SL a que dizia respeito, o Senhor Presidente resumiu que a Comissão comunicaria à SEAP que entendia que a audição não concretizada deveria ser colmatada na SL seguinte, com a maior brevidade possível.

Por último, o Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS) sinalizou que já se encontravam concluídos os prazos de consulta pública e de nova apreciação na generalidade da Proposta de Lei n.º 45/XIV/1.ª (GOV) - «Autoriza o Governo a legislar em matéria de trabalho a bordo das embarcações de pesca e da atividade de marítimos a bordo de navios, transpondo as Diretivas (UE) 2017/159 e 2018/131», sugerindo que se fixasse um prazo para a apresentação de propostas de alteração, a fim de a iniciativa ser remetida para votação em Plenário logo que possível. Por sugestão da Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP), consensualizou-se que as propostas de alteração poderiam ser apresentadas até ao dia 21 de setembro, procedendo-se à votação, se necessário, na reunião da Comissão de 30 de setembro.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 37/XIV/1.ª SL

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 16:25 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 22 de setembro de 2020.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



Pedro Roque



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 37/XIV/1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carla Barros
Clara Marques Mendes
Cristina Sousa
Diana Ferreira
Eduardo Barroco de Melo
Helga Correia
Inês de Sousa Real
João Paulo Pedrosa
João Pinho de Almeida
José Moura Soeiro
Lina Lopes
Luís Soares
Marta Freitas
Nuno Sá
Ofélia Ramos
Pedro Rodrigues
Pedro Roque
Tiago Barbosa Ribeiro
Alberto Fonseca
Carla Madureira
Cristina Mendes da Silva
Eduardo Teixeira
Firmino Marques
Maria Germana Rocha
Maria Joaquina Matos
Olga Silvestre
Sandra Pereira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Fernando José

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Emília Cerqueira
Isabel Pires
Marina Gonçalves